CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 23 de novembro de 2026



Clique aqui e confira o Folder

Neste **25 de novembro**, reafirmamos que o enfrentamento à violência contra as mulheres é uma responsabilidade de toda a sociedade. É preciso romper o silêncio, combater o machismo, fortalecer as redes de proteção e garantir que todas as mulheres possam viver, trabalhar e ocupar seus espaços com respeito, segurança e igualdade.

A data também integra os **21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**, uma mobilização que nos convida à reflexão e, principalmente, à ação. São 21 dias para ampliar o diálogo, promover a conscientização e reforçar que nenhuma forma de violência deve ser naturalizada ou tolerada.

A violência contra as mulheres não acontece apenas nas ruas, em casa ou nos ambientes de trabalho. Ela também está presente no mundo digital, onde ameaças, perseguições, exposição indevida e ataques virtuais se multiplicam, muitas vezes protegidos pelo anonimato e pela falsa sensação de impunidade. A violência digital precisa ser combatida com informação, conscientização, responsabilização e políticas públicas de proteção.

No mundo do trabalho, essa luta também se faz necessária: pelo respeito às trabalhadoras, pelo enfrentamento ao assédio, pela igualdade de oportunidades e por ambientes profissionais livres de violência e discriminação.

Por todas as mulheres, por seus direitos, por sua liberdade e por uma sociedade onde viver sem violência seja uma realidade!

Violência contra a mulher não tem justificativa. Tem que ter fim!

Sônia Maria Zerino
Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso – CNTI

CNTI debate projeto Sindicalismo Digital no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



A diretoria da CNTI foi recebida na quinta-feira (19) pelo secretário nacional de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Henrique de Oliveira Miguel, com o objetivo de apresentar o projeto Sindicalismo Digital, cujo conteúdo foi discutido pela entidade em sua Plenária Nacional realizada no último mês de setembro.

Estavam presentes pela CNTI o presidente, José Reginaldo Inácio, o secretário de Finanças, Pedro Luiz

Vicznevski, o secretário de Educação, Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), além do consultor do projeto, Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, e o assessor sindical Marco Antônio Campanella.

O secretário estava acompanhado do diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital. Hamilton Mendes Silva, e do diretor de Incentivos às Tecnologias Digitais, Hugo Valadares.

Todos foram unânimes em reconhecer a importância social do projeto no sentido de proporcionar aos trabalhadores uma ferramenta capaz de integrar informações hoje disponíveis nas plataformas governamentais para a defesa de seus direitos.

Novas reuniões deverão ser realizadas em breve com o objetivo de dar prosseguimento aos entendimentos em torno da implementação do projeto, inclusive junto a outras áreas do governo federal.

Sônia Zerino acompanha assinatura do decreto que regulamenta a jornada 5x2



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, acompanhou, nesta quinta-feira (19), no Palácio do Planalto, em Brasília, a cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a nova jornada de trabalho 5x2. O ato, conduzido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu dirigentes das centrais sindicais, ministros, parlamentares e representantes de instituições públicas, marcando mais uma etapa de uma conquista histórica da classe trabalhadora brasileira.

A regulamentação estabelece as diretrizes para a substituição da escala 6x1, com seis dias de trabalho e apenas um de descanso, pelo modelo 5x2, que assegura dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução dos salários.

A implementação ocorrerá de forma gradual. A partir de 16 de dezembro de 2026, a jornada máxima será reduzida das atuais 44 para 42 horas semanais. Em 16 de dezembro de 2027, passará para 40 horas semanais, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 141/2026.

Conquista histórica da classe trabalhadora



A presença da presidente Sônia Zerino na solenidade reforça o compromisso da NCST com a defesa da redução da jornada de trabalho, da valorização dos trabalhadores e do fortalecimento da negociação coletiva.

A Nova Central esteve mobilizada, ao lado das demais centrais sindicais, em defesa do fim da escala 6x1, uma reivindicação histórica do movimento sindical que representa um avanço na garantia de melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Segundo estimativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aproximadamente 14,8 milhões de trabalhadores que atualmente cumprem a escala 6x1 serão diretamente beneficiados. Outros 21,7 milhões, que já trabalham cinco dias por semana, mas cumprem jornadas de 44 horas, também terão redução da carga horária.

Lula reafirma compromisso com os direitos trabalhistas

Durante a cerimônia, o presidente Lula reafirmou que a preservação dos direitos sociais continuará sendo uma prioridade de seu governo. "Enquanto eu for presidente, não haverá diminuição dos direitos que o povo brasileiro conquistou", declarou.

O presidente também destacou o compromisso com a responsabilidade fiscal e rebateu especulações sobre a condução da política econômica e a composição de sua futura equipe ministerial.

Ao abordar a implementação da nova jornada, Lula ressaltou a importância da preparação das entidades

sindicais para as negociações com os empregadores, diante das particularidades de cada setor econômico.

Negociação coletiva terá papel fundamental



O decreto estabelece critérios para a transição das jornadas e para o cálculo do salário-hora, com o objetivo de assegurar a manutenção dos salários e dos direitos conquistados.

A negociação coletiva continuará sendo um instrumento fundamental para a definição de condições específicas de trabalho, respeitados os limites constitucionais e as garantias previstas na regulamentação.

O Ministério do Trabalho e Emprego deverá publicar normas complementares para orientar empresas, sindicatos e trabalhadores sobre a aplicação das novas regras. A partir desta segunda-feira (23), estão previstas portarias específicas para categorias com regimes diferenciados de trabalho.

Nesse contexto, a NCST reforça a importância da organização sindical e da atuação das entidades representativas para garantir que a transição seja realizada com segurança jurídica, respeito aos direitos e participação efetiva dos trabalhadores.

Na quarta-feira (18), véspera da assinatura do decreto, a Nova Central promoveu uma reunião nacional on-line que reuniu mais de 150 dirigentes sindicais para esclarecer dúvidas sobre a aplicação da nova jornada. O encontro contou com orientações dos assessores jurídicos da entidade, como parte das iniciativas de preparação do movimento sindical para as mudanças.

Com informações da Agência Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: NCST

A elite que condena o Brasil ao atraso

O país continua submetido à elite econômica que resiste à inclusão social, aos direitos dos trabalhadores e a projeto nacional de desenvolvimento.

por Marcos Verlaine



O Brasil parece condenado a chegar atrasado ao próprio futuro. Foi o último país das Américas a abolir a escravidão, não realizou a reforma agrária, promoveu revolução burguesa incompleta e só estabeleceu as bases constitucionais de sistema universal de saúde e educação públicas com a Constituição de 1988.

A história brasileira é marcada por transformações tardias, concessões pelo alto e acordos que preservam os privilégios das classes dominantes.

A Revolução de 1930 alterou a estrutura política e econômica do País, impulsionou a industrialização e modernizou o Estado, mas não rompeu com a concentração fundiária nem promoveu as reformas estruturais necessárias à democratização da riqueza e do poder.

Mudou-se o Brasil, mas não se desmontaram os alicerces das desigualdades estruturais.

Essa trajetória ajuda a compreender o impasse atual. Estamos diante de espécie de Pacto de Moncloa1 tardio, de acomodação entre forças políticas e econômicas para administrar a ordem existente, ou de possível ruptura dos trabalhadores com essa ordem? Minha avaliação é que o País ainda está muito mais próximo de pacto tardio com as elites econômicas do que de ruptura capaz de alterar as estruturas que bloqueiam o desenvolvimento nacional.

Elite e bloqueio ao desenvolvimento

Parcela expressiva da elite econômica brasileira não demonstra compromisso com projeto nacional de desenvolvimento. Não se trata apenas de divergências sobre políticas econômicas ou de diferentes concepções de Estado.

Trata-se de resistência histórica a qualquer mudança que implique reduzir privilégios, compartilhar ganhos de produtividade e ampliar direitos.

A oposição à redução da jornada de trabalho e ao fim da escala 6×1 é reveladora. Mesmo diante da possibilidade de organizar a produção de maneira mais humana e compatível com os avanços tecnológicos, setores empresariais preferem preservar modelos atrasados de exploração do trabalho.

O desenvolvimento, para essa elite, parece desejável

desde que não altere a distribuição dos ganhos nem mexa em suas margens de lucro.

O mesmo raciocínio orienta a resistência a políticas de inclusão social, à valorização do trabalho e ao fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e industrial do País. Querem Estado que financie seus negócios, mas consideram excessivo aquele que investe em direitos, serviços públicos e redução das desigualdades.

Ideologia do equilíbrio fiscal

Nesse cenário, o chamado equilíbrio fiscal foi convertido em espécie de dogma. A responsabilidade com as contas públicas é necessária, mas não pode servir de justificativa para subordinar o desenvolvimento nacional à preservação dos privilégios econômicos.

Sob o discurso de preocupação com a saúde fiscal, defende-se política permanente de contenção de despesas, cortes de investimentos e restrição de direitos sociais. A tesoura fiscal passa a ser apresentada como solução universal, mesmo quando compromete políticas públicas, infraestrutura, pesquisa, inovação e a própria capacidade de crescimento do País.

Trata-se de contradição conveniente: cobra-se austeridade do Estado quando se trata de atender à população, mas relativizam-se os limites quando estão em jogo os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros.

O problema não é a responsabilidade fiscal. É a transformação dessa responsabilidade em instrumento ideológico para impedir que o Estado cumpra seu papel indutor do desenvolvimento.

Derrotados nas urnas, querem governar pela economia

Há outro aspecto particularmente grave. Setores da elite econômica e seus representantes políticos foram derrotados nas urnas, mas não se conformam com o resultado. Rejeitada eleitoralmente, a agenda dessa elite continua sendo apresentada como a única alternativa possível para o País.

Em vez de reconhecer a legitimidade da escolha popular e disputar democraticamente os rumos da política econômica, tentam impor suas prioridades por meio da pressão sobre o governo, do Congresso e do mercado financeiro.

Nem mesmo as propostas de ajuste fiscal encaminhadas pelo presidente Lula (PT) encontram disposição para negociação equilibrada. A lógica é a do tudo ou nada: ou prevalece integralmente a agenda de seus interesses ou se cria ambiente de permanente instabilidade.

É a tentativa de transformar a derrota política em vitória econômica. Como não conseguiram impor o programa nas urnas, procuram fazê-lo prevalecer fora dessas, restringindo as possibilidades de ação do governo legitimamente eleito.

Pacto que adia o futuro

O Brasil não precisa de ruptura irresponsável, tampouco de pacto que perpetue a desigualdade. Precisa superar a conciliação que historicamente assegurou às elites econômicas o poder de vetar reformas e determinar os limites do desenvolvimento nacional.

O verdadeiro pacto democrático pressupõe compromissos recíprocos. Não pode significar que trabalhadores abram mão de direitos, que a população aceite a precarização dos serviços públicos e que o Estado renuncie à capacidade de planejar o futuro, enquanto os setores mais ricos preservam privilégios, que no século 21, são inaceitáveis.

O desenvolvimento exige inclusão, distribuição de renda, redução da jornada de trabalho, educação de qualidade, saúde pública, reindustrialização, soberania científica e tecnológica e valorização do trabalho. Não há projeto nacional consistente sem enfrentar os obstáculos históricos que impedem a democratização da riqueza e das oportunidades.

A questão central, portanto, não é se o Brasil deve escolher entre responsabilidade fiscal e desenvolvimento. É saber a serviço de quem estarão as escolhas econômicas e quem pagará a conta de modelo que insiste em preservar privilégios.

O País já esperou demais. Foi tardio na abolição, incompleto na revolução burguesa e retardatário na universalização de direitos. Não pode continuar sendo prisioneiro de elite que, mesmo derrotada eleitoralmente, em parte, pretende manter o poder de decidir o que o povo brasileiro pode ou não conquistar.

O Brasil não pode ser eternamente refém de quem não tem compromisso com o futuro do País e do povo.

1 Pacto de Moncloa, na Espanha, foi acordo político e econômico firmado em 1977, durante a transição democrática. No artigo, a referência funciona como contraponto crítico: não se propõe simplesmente reproduzi-lo, mas questionar se o Brasil continuará apostando em pactos que acomodam interesses dominantes sem enfrentar as estruturas históricas da desigualdade.

** Marcos Verlaine - Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

Fonte: Portal Vermelho